

## O remédio errado

Por que o programa federal Mais Médicos, que obriga os alunos de medicina a trabalhar dois anos no SUS, já nasce como arbitrariedade e não tem como dar certo

NATALIA CUMINALE

A medida provisória que amplia, a partir de 2015, de seis para oito anos a duração do curso de medicina e obriga os estudantes a trabalhar durante esse período extra no SUS é o remédio errado para um antigo problema da saúde no Brasil: a má distribuição geográfica dos médicos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza, no mínimo, um médico para cada 1000 habitantes. Em média, temos o dobro disso. Os números gerais, no entanto, escondem a disparidade no modo como os médicos estão alocados pelo país. Da iniquidade, emergem dois Brasis. Quem vive nas capitais tem acesso ao dobro da atenção dispensada a quem mora fora dos grandes centros. Além disso, 72% dos médicos estão nas regiões Sul e Sudeste. É bobagem imaginar que esse desequilíbrio possa ser resolvido com o despacho de alunos de medicina para os rincões desamparados, como pretende fazer a presidente Dilma com o programa Mais Médicos. "Sem melhoria das condições estruturais básicas, o médico enviado a esses locais não será capaz de mudar a realidade da população", diz Roberto Luiz d'Ávila, presidente do Conselho Federal de Medicina. Continuariam a faltar remédios, seringas, enfermeiros, leitos com lençóis limpos e, em muitos casos, até água potável. Não há solução mágica. Nas palavras de Milton de Arruda Martins, professor de clínica médica da USP, "não há saúde sem médico, mas também não há saúde apenas com médicos". Nas próximas páginas, VEJA lista cinco motivos que comprovam a ineficácia da MP dos médicos, fadada ao fracasso.

### 1 É INCONSTITUCIONAL

Todas as Constituições democráticas do mundo estabelecem uma série de direitos individuais capazes de preservar a liberdade dos cidadãos nas mais diversas esferas. Só existe vida digna se o cidadão tem liberdade de ir e vir, de pensar e se expressar, de professar a religião que quiser, entre outros tantos direitos básicos. No Brasil, a Constituição garante expressamente que também é livre "o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão". Não se pode obrigar alguém a trabalhar onde não quer. "O governo diz que os dois anos de trabalho no SUS são uma complementação da formação médica, mas na verdade são uma obrigação de prestação de serviço, claramente inconstitucional", diz o ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior. "O único serviço obrigatório permitido no país é o militar." Segundo o jurista, como dificulta a obtenção do diploma sem oferecer complementação didática ou pedagógica, a medida restringe o exercício profissional dos médicos, o que também afronta a liberdade profissional e, portanto, a Constituição. Além disso, o fato de a proposta ter sido feita via medida provisória é uma aberração. "Medidas provisórias são para questões urgentes, e essa MP somente valerá para estudantes que entrarem na universidade em 2015", afirma Reale Júnior.

## 2 É AUTORITÁRIA

O caminho natural para alterar regras que influenciam o cotidiano da população é o Poder Legislativo. "O governo preferiu agir sozinho com essa espécie de chantagem contra os estudantes em vez de pedir a participação do Congresso, o que é uma atitude claramente autoritária", diz Carlos Ari Sundfeld, professor da Fundação Getúlio Vargas. A arbitrariedade de Dilma decorre de incompetência e má gestão. "O problema de falta de médicos no interior do Brasil é de mercado de trabalho, e não de regulamentação profissional", diz Marcelo Figueiredo, diretor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC), de São Paulo. "Como o governo tentou - mas não conseguiu - atrair médicos para esses lugares com medidas políticas, achou que o jeito de suprir sua incompetência era obrigando os estudantes a trabalhar no SUS."

## 3 REFORÇA A DESIGUALDADE

A MP dos Médicos aguçarás ainda mais as diferenças entre os sistemas público e privado de saúde. Aos mais pobres caberá como única opção o atendimento feito por profissionais ainda em formação. Além do serviço compulsório de estudantes no SUS, o programa Mais Médicos isenta os médicos formados no exterior da obrigatoriedade da revalidação do diploma. Não será preciso também comprovar os conhecimentos na língua portuguesa com teste de proficiência. A única exigência é que eles participem de um curso com duração de três semanas em uma universidade conveniada ao programa. Nesse período, os professores brasileiros determinam se o profissional está apto para exercer a medicina e receber uma bolsa de 10000 reais por mês. "O Brasil está dando autorização para que médicos exerçam a profissão sem saber se eles têm competência ou não. Está-se criando a medicina dos pobres", diz Florentino Cardoso, presidente da Associação Médica Brasileira.

Como diminuir a desigualdade? O grande problema do país é o baixo financiamento federal para a saúde pública, concordam nove especialistas ouvidos por VEJA. No Brasil, a participação do governo no gasto nacional em saúde é de 47%, enquanto na Inglaterra chega a 83%. "A falta de médicos é apenas uma pane da equação", diz Paulo Hoff, diretor clínico do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp) e do Centro de Oncologia do Hospital Sírio-Libanês. Na França, Inglaterra e Suécia, que possuem um sistema público semelhante ao brasileiro, o investimento per capita na saúde é seis vezes o daqui. "Nosso gasto hoje é comparável ao desses países na década de 60", diz Adib Jatene, ex-ministro da Saúde. Sem recursos federais adequados, muitas prefeituras não têm condições de bancar o atendimento médico e a manutenção da infraestrutura.

## 4 É INCOERENTE

Em defesa do serviço médico compulsório, o ministro da Educação, Aloízio Mercadante, saiu-se com a história de que a medida melhoraria o serviço de saúde para o povo e humanizaria a profissão. "Esse é um argumento de quem, claramente, não conhece a universidade", diz Milton de Arruda Martins, professor da USP. "Quem cursa medicina nos moldes atuais (seis anos) já pratica o internato hospitalar com pacientes do SUS no 5º e 6º anos." A residência médica, que confere o título de especialista ao médico, tem duração de dois a cinco anos e também é feita, na imensa maioria dos casos, na rede pública.

Com o novo programa, o governo espera a entrada de 20500 médicos na chamada "atenção básica" em 2021. Em nota, o Ministério da Saúde garante que esses alunos serão supervisionados por professores. Outra falácia. "Há um sucateamento da educação médica no país. Alguns cursos de medicina não têm nem hospital apropriado para o ensino, com um preceptor e um ambiente apto a receber estudantes", diz Mário Scheffer, do departamento de medicina preventiva da USP e coordenador do estudo "Demografia médica no Brasil". A MP dos Médicos propõe ainda a criação de 11447 vagas de graduação em medicina, tanto em escolas já existentes como em novos cursos em regiões mais desassistidas. "A interiorização de escolas de medicina não resolve a fixação do médico. Elas funcionam como repúblicas de estudantes. A maioria deles vem dos grandes centros para fugir da concorrência e depois retorna ao seu local de origem", explica Scheffer.

## 5 NÃO ESTIMULA A PRÁTICA DA MEDICINA

Exemplos bem-sucedidos na França e no Canadá mostram que os médicos se fixam em regiões mais recônditas por três motivos: bom salário, plano de carreira adequado e possibilidade de especialização e aperfeiçoamento. A solução no Brasil, portanto, seria a criação de uma carreira federal nos moldes do que já existe no Judiciário e no Exército. Terá os melhores salários, as maiores gratificações ou a ascensão mais rápida quem optar e não for obrigado - por trabalhar na áreas inóspitas. O Canadá adotou com sucesso essa estratégia. Graças aos incentivos governamentais, entre 2007 e 2011, o número de generalistas aumentou 14%. Hoje, metade dos médicos canadenses dedica-se aos cuidados básicos da saúde. É em casos como esse que o governo de Dilma deveria se inspirar - e não inventar remédios que podem matar o doente.

COM REPORTAGEM DE BELA MEQALE, KALLEO COURA, ROBSON BONIN E ANDRÉ ELER

### **Quando falta tudo**

O MARANHÃO é o estado brasileiro com o menor número de médicos do país. A proporção é de 0,71 profissional para cada 1000 habitantes. O Hospital Municipal de Imperatriz, conhecido como Socorrão, a 630 quilômetros de São Luís, é o retrato dessa precariedade. É para lá que vão os doentes mais graves de pelo menos 100 municípios do Pará, do Tocantins e do Maranhão. Com 400 leitos, o Socorrão é o único da região com UTI e, ainda assim, tem apenas trinta vagas. Na tentativa de aliviar a demanda, a prefeitura aluga cinquenta leitos da rede particular. Isso ajuda, mas pouco. Os pacientes se amontoam no hall de entrada do hospital (foto de cima, à esq.). Na falta de médicos e enfermeiros, os doentes são ajudados pelos acompanhantes. Na enfermaria (foto de baixo, à esq.), as camas estão enferrujadas. "Fazemos o que está ao nosso alcance, mas às vezes acontece de o paciente morrer na fila de espera", diz o prefeito Sebastião Madeira (PSDB). "Além da sobrecarga do sistema, recebemos mensalmente apenas 6,5 milhões de reais do governo federal, mas gastamos no mínimo o dobro com a rede de saúde do município." A 500 quilômetros dali, em Matões do Norte, o hospital da cidade está pronto desde 2011 (foto menor). Apesar de já ter camas e colchões novos, não recebe nenhum paciente. O hospital faz parte do programa Saúde É Vida, da governadora Roseana Sarney (PMDB). O motivo: hospitais como o de Matões foram construídos para ser instituições municipais, mas fartou combinar isso com os prefeitos.

## **O problema não é a escassez de médico**

O DISTRITO FEDERAL é a unidade da federação com o maior número de médicos (4,09) por 1000 habitantes. Os serviços, no entanto, são precários. Médica de clínica geral, Lilian Suzany Pereira, de 42 anos, trabalha há dezesseis em emergências de hospitais. Ela assume o plantão na lotada emergência do Hospital Regional da Asa Norte, região central de Brasília, às 19 horas, e só para às 7 da manhã. "Acho um insulto o governo sugerir mais humanização à classe médica", esbraveja ela. Com todos os seus médicos, seus dezesseis hospitais e seus 5,1 bilhões de reais de orçamento anual, a rede pública do Distrito Federal carecia na semana passada de Buscopan, medicamento para cólicas e dores abdominais, e fio cirúrgico para cesariana. Onde existia, era porque havia sido comprado pelos próprios médicos. O problema, descobre-se, não estava no médico, estava na gestão - ou melhor, na falta dela.

## **É longa a espera**

O RIO GRANDE DO SUL está entre os cinco estados com mais médicos. São 2,37 doutores para cada 1000 habitantes. A proximidade com a capital, Porto Alegre (8,73 médicos por 1000 habitantes), não é sinônimo de saúde de qualidade. A apenas 12 quilômetros dali, o posto de saúde 24 horas de Eldorado do Sul sofre as precariedades dos hospitais dos rincões mais desassistidos. Com apenas oito leitos de emergência para a população de 35000 habitantes, os casos mais graves são encaminhados para hospitais próximos. O problema está na demora da transferência, que pode chegar a uma semana. Em um episódio recente testemunhado pela clínica geral Carla Pfeifer, um paciente com hemorragia digestiva teve de aguardar três dias para ir para a capital.

## **O governo na emergência**

MUNDO PARALELO - Os anúncios feitos por Dilma são chancelados por sua equipe de marqueteiros. Se eles produzirão efeito prático, pouco importa. O objetivo é fingir que o governo está vivo

REALISMO FANTÁSTICO - Logo depois das primeiras manifestações, Dilma Rousseff se reuniu com governadores e prefeitos de capitais para anunciar que estava propondo a realização de uma Assembleia Constituinte para fazer a reforma política. Inconstitucional, a ideia foi abandonada menos de 24 horas depois. Franklin Martins, indicado pelo ex-presidente Lula como assessor informal de Dilma e mentor da proposta atarantada, e o marqueteiro João Santana comemoraram o resultado das pesquisas: apesar de tudo se resumir a um jogo de cena sem nenhum resultado prático, metade dos brasileiros aprovou a iniciativa de Dilma.

REALISMO FANTÁSTICO - Logo depois das primeiras manifestações, Dilma Rousseff se reuniu com governadores e prefeitos de capitais para anunciar que estava propondo a realização de uma Assembleia Constituinte para fazer a reforma política.

Inconstitucional, a ideia foi abandonada menos de 24 horas depois. Franklin Martins, indicado pelo ex-presidente Lula como assessor informal de Dilma e mentor da proposta atarantada, e o marqueteiro João Santana comemoraram o resultado das pesquisas: apesar de tudo se resumir a um jogo de cena sem nenhum resultado prático, metade dos brasileiros aprovou a iniciativa de Dilma.

REALISMO FANTÁSTICO - Logo depois das primeiras manifestações, Dilma Rousseff se reuniu com governadores e prefeitos de capitais para anunciar que estava propondo a realização de uma Assembleia Constituinte para fazer a reforma política. Inconstitucional, a ideia foi abandonada menos de 24 horas depois. Franklin Martins, indicado pelo ex-presidente Lula como assessor informal de Dilma e mentor da proposta atarantada, e o marqueteiro João Santana comemoraram o resultado das pesquisas: apesar de tudo se resumir a um jogo de cena sem nenhum resultado prático, metade dos brasileiros aprovou a iniciativa de Dilma.

REALISMO FANTÁSTICO - Logo depois das primeiras manifestações, Dilma Rousseff se reuniu com governadores e prefeitos de capitais para anunciar que estava propondo a realização de uma Assembleia Constituinte para fazer a reforma política. Inconstitucional, a ideia foi abandonada menos de 24 horas depois. Franklin Martins, indicado pelo ex-presidente Lula como assessor informal de Dilma e mentor da proposta atarantada, e o marqueteiro João Santana comemoraram o resultado das pesquisas: apesar de tudo se resumir a um jogo de cena sem nenhum resultado prático, metade dos brasileiros aprovou a iniciativa de Dilma.

REALISMO FANTÁSTICO - Logo depois das primeiras manifestações, Dilma Rousseff se reuniu com governadores e prefeitos de capitais para anunciar que estava propondo a realização de uma Assembleia Constituinte para fazer a reforma política. Inconstitucional, a ideia foi abandonada menos de 24 horas depois. Franklin Martins, indicado pelo ex-presidente Lula como assessor informal de Dilma e mentor da proposta atarantada, e o marqueteiro João Santana comemoraram o resultado das pesquisas: apesar de tudo se resumir a um jogo de cena sem nenhum resultado prático, metade dos brasileiros aprovou a iniciativa de Dilma.

QUANTA MELANCOLIA! O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, participa do restrito grupo de conselheiros da presidente, responsável pelas estratégias do governo. Pagos para protestar, os pelegos da CUT só conseguiram mesmo irritar as pessoas, interrompendo as ruas em melancólicas passeatas

PELA REELEIÇÃO - O ministro Alexandre Padilha está enfrentando a fúria dos representantes de associações médicas que discordam das medidas anunciadas pelo governo. Para os marqueteiros, o desgaste agora vale a pena e vai render dividendos eleitorais mais à frente

## **O governo na emergência**

Depois da Constituinte e do plebiscito, Dilma quer resolver o problema da saúde obrigando estudantes de medicina a trabalhar dois anos para o governo - mais uma proposta autoritária produzida pelo "pensamento mágico" e destinada ao fracasso

## **Rodrigo Rangel, Otávio Cabral e Adriano Ceolin**

A sabedoria política imorredoura informa que "quem monta no lombo do tigre acaba dentro da barriga do bicho". Colocado de outra forma: "O governante que acha que pode controlar os fatos acaba controlado por eles". As duas lições acima se aplicam com perfeição ao atual momento de Dilma Rousseff e seu governo. Desde que os brasileiros saíram às centenas de milhares às ruas nas grandes cidades, a presidente e seus oráculos estão dando demonstração atrás de demonstração de que não entenderam o recado das ruas. Estão imaginando que podem montar o tigre. Iludem-se com a fantasia de que podem controlar os fatos. As pesquisas já apontavam uma queda significativa da popularidade da presidente quando eclodiram as primeiras manifestações de rua que deixaram o governo em estado de animação suspensa. Era preciso reagir, dar uma resposta firme, mostrar que havia comando - e, principalmente, um comando sintonizado com a opinião pública. O governo optou pelo ilusionismo. Primeiro, anunciou que convocaria uma Assembleia Constituinte para realizar uma reforma política. A ideia, de tão autoritária e inconstitucional, não resistiu 24 horas. A fracassada Constituinte transmutou-se em uma proposta de plebiscito, que, por ser igualmente autoritária e inconstitucional, também teve vida curta.

Na semana passada, o Palácio do Planalto anunciou outra medida na mesma direção. Para atender às demandas dos manifestantes na área da saúde e suprir a falta de profissionais, o governo quer obrigar os futuros estudantes de medicina a trabalhar dois anos nos hospitais públicos. O aluno terá direito apenas a uma bolsa de estudos e, se não cumprir o chamado "período de treinamento", não receberá o diploma de médico. Apresentada por meio de medida provisória, a decisão precisa ser aprovada pelo Congresso. Porém, tem tudo para ficar pelo meio do caminho. Por quê? Pela mesma razão das anteriores: é autoritária, inconstitucional, inaplicável. É a notória falsa solução simples para um problema complexo. Mas, como dizia Cesare Cantù, o grande historiador universal do século XIX, se a ideia for apenas jogar uma "frase feita à massa ignara e esperar que ela a rumine pelos tempos afora", os oráculos do Planalto terão feito a sua parte. A do público é não se deixar enganar.

Batizado de Mais Médicos, o programa é mais uma criação do laboratório de ideias atrapalhadas montado no Palácio do Planalto e que funciona à base de pesquisas de opinião. Os resultados das pesquisas chegam, os sábios se reúnem e maquinam uma ideia capaz de passar a impressão de que Dilma resolverá tudo. É um universo paralelo. Em vez de preparar medidas estruturantes capazes de solucionar os problemas, ainda que elas levem mais tempo para dar resultado, recorre-se ao improvisado e à

marquetagem. O povo está nas ruas reclamando dos problemas na saúde? Basta anunciar que se vão importar médicos e criar um serviço civil obrigatório para os futuros doutores. Isso funciona? Não, né. Mas ilude a plateia por um tempo, pelo menos até que os sábios inventem o próximo ato de ilusionismo.

Entidades de classe, o Conselho Federal de Medicina à frente, compararam a medida do governo as decisões de regimes totalitários e reclamaram por não ter sido consultadas. O mais doloroso para os brasileiros é o fato de que, se a solução oficial é falsa, o problema é verdadeiro. Faltam médicos, enfermeiros, auxiliares. Falta gestão e sobra corrupção. Em uma região privilegiada como o Distrito Federal, por exemplo, cujo orçamento da saúde chega a 5,2 bilhões de reais e que tem o maior número de médicos por habitante do país, somente a incompetência justifica o que se vê: pacientes espalhados em corredores de hospitais imundos e falta de materiais básicos, como macas, medidores de pressão e fios de sutura para cirurgias, só para citar três exemplos. O Distrito Federal, a propósito, é governado por um médico, o petista Agnelo Queiroz (veja a reportagem na pág. 56).

Na tentativa de ressuscitar o governo, combalido pelas manifestações de rua, Dilma vem recorrendo a um grupo de emergência. Dele fazem parte o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e duas figuras íntimas do poder, mas estranhas ao governo: o marqueteiro João Santana e o ex-ministro da Censura do governo Lula, Franklin Martins. Responsável pela propaganda eleitoral do PT e da então candidata Dilma Rousseff, João Santana é tratado como o quadragésimo ministro, dada a influência que seu trabalho exerce no Planalto. Suas pesquisas serviram de base ao pronunciamento de Dilma no fim de semana mais agudo da crise e continuam pautando as decisões presidenciais. Na questão dos médicos, por exemplo, um auxiliar da presidente chegou a avisar que ela seria torpedeada pelas associações de classe, o que poderia ser eleitoralmente perigoso, considerando o poder de influência da categoria. Prevaleceu o argumento de João Santana, segundo o qual valia a pena enfrentar os médicos, uma vez que o ganho eleitoral do governo compensaria o desgaste provocado pela medida. A presidente decidiu com os olhos voltados para 2014.

Desde o início das manifestações, Dilma Rousseff vem tentando reduzir ao mínimo os danos. De candidata imbatível, hoje os próprios correligionários põem em dúvida seu potencial. A presidente sabe que só vai recuperar a popularidade e chegar a outubro de 2014 com chance real de ser reeleita se der respostas concretas à crise. Franklin Martins foi escalado pelo ex-presidente Lula, a quem Dilma acorre sempre em situações de emergência. A parceria, quase compulsória, entre o ex-ministro e João Santana obrigou os dois a vencer uma rusga recente, ocorrida na Venezuela, onde ambos foram contratados para trabalhar na campanha presidencial que pôs Nicolás Maduro no lugar de Hugo Chávez. Por divergências de opinião, Franklin se desentendeu com Santana, arrumou as malas e voltou para o Brasil. O chamado de Lula fez com que os dois reatassem. Como ambos trabalham para o projeto petista de poder, eles não descuidam da imagem de Lula. Por isso, as mesmas pesquisas que sondam a aprovação da presidente também avaliam a popularidade do ex.

A ideia de incluir na pauta do governo a convocação da Assembleia Constituinte foi de Martins. A trapalhada, no entanto, funcionou como desinformação, especialidade do ex-ministro. Durante quase duas semanas de crise, Dilma e seu plebiscito pautaram as discussões. No futuro, a presidente pode argumentar que tentou resolver as coisas, mas

foi impedida pelo Congresso Nacional. As duas ideias atarantadas - ambas saídas dos manuais do PT - também serviram para aproximar a presidente de uma parte da militância que andava se sentindo desprestigiada. Uma pesquisa mostrou que, apesar dos absurdos, mais da metade dos entrevistados aprovou as iniciativas do governo depois dos protestos. Iniciativas, ressalte-se, que na prática não resultaram em nada.

Pesquisas, pesquisas, pesquisas... É disso que se trata. Após as manifestações, a popularidade de Dilma caiu de 51% para 30%. Não é o que os petistas gostariam, mas também não é o fim do mundo, segundo eles. O grupo de estrategistas da presidente avalia que ela chegará ao fim do ano com pelo menos 40% de índice de aprovação, o que garantiria sua presença no segundo turno. "Há uma relação entre popularidade e quantidade de votos. Com 40%, ela teria cerca de 40 milhões de votos no primeiro turno e sairia na frente na disputa do segundo turno", diz o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília. Dentro do PT, a oposição à presidente tem crescido na mesma medida do movimento dos companheiros que trabalham pela volta de Lula. Com a base governista dividida, parte das ações anunciadas por Dilma em resposta aos protestos já foi rechaçada pelo Congresso. Até as centrais sindicais, que nos oito anos de governo Lula se recolheram ao anonimato, tentaram, mesmo que de modo pífio, voltar às ruas. Se Dilma quiser mesmo ressuscitar seu governo, é hora de agir. Só encenação não dá mais.

--

Com reportagem de Robson Bonin